

SIGA /CTBR500/v.12  
Hora...: 12:24:19

Ativo (Em R\$)	31/03/2021	Passivo + Patrimonio Liquido (Em R\$)	31/03/2021
ATIVO	281.479.057,33	PASSIVO E PATRIMONIO LIQUI	281.479.057,33
CIRCULANTE	61.880.219,91	CIRCULANTE	118.349.229,13
CAIXA E EQUIVALENTES	15.870.897,91	FORNECEDORES	14.454.912,72
CONTAS A RECEBER DE C	19.120.737,78	OBRIGACOES TRABALHIS	7.063.868,77
ALMOXARIFADO	908.915,13	SALARIOS E ORDENA	75.990,27
OUTROS VALORES A RECE	268.560,52	PROVISAO DE FERIA	3.921.239,80
DESPESAS ANTECIPADAS	9.287.805,93	PROVISAO 13° SALA	653.568,42
TRIBUTOS A RECUPERAR	16.423.302,64	OBRIGACOES TRABAL	2.413.070,28
NAO CIRCULANTE	219.598.837,42	PROVISOES TRABALH	0,00
REALIZAVEL A LONGO PR	1.291.341,98	OBRIGACOES TRIBUTARI	65.861.701,06
DEPOSITOS JUDICIAI	1.291.341,98	IRPJ E CSLL	0,00
IMOBILIZADO	217.887.699,46	PIS E COFINS	0,00
IMOBILIZADO EM OP	217.887.699,46	RETENCOES ENCARGO	696.496,94
IMOBILIZADO EM AND	0,00	OBRIG FISCAIS MUN	15.663.522,24
INTANGIVEL	419.795,98	IMPOSTOS EXERCICII	49.501.681,88
		OUTROS	30.625.045,22
		ADIANT CLIENTES	12.855.933,90
		SUBV MUNIC A APRO	0,00
		SUBV INVEST PAC	12.077.120,67
		RECURSOS MUNIC EV	4.435.511,68
		REC DIF IPTU ISS	1.256.478,97
		OUTRAS EXIGIBILID	0,00
		DEBITOS COM EMPRESAS	343.701,36
		NAO CIRCULANTE	188.177.337,38
		DEBITOS COM EMPRESA	1.059.745,86
		OBRIGACOES TRIBUTARI	67.189.476,86
		OBRIG FISCAIS MUN	62.050.110,76
		IRPJ E CSLL DIFER	5.139.366,10
		ADIANTAMENTOS DE CLI	1.188.090,03
		PROVISOES PARA CONTI	89.378.104,10
		PROV TRABALH	32.559.571,85
		PROV CONTING T	2.847.481,85
		PROV DISSID E	29.712.090,00
		PROVISOES CIVEIS	56.818.532,25
		PROVISAO P/ CONTI	0,00
		RECEITA DIFERIDA ISS	16.543.639,92
		SUB INVEST PAC	12.818.280,61
		PATRIMONIO LIQUIDO	-25.047.509,18
		CAPITAL SOCIAL	246.149.586,14
		ADTO P/ FUTURO AUMEN	126,13
		SUB INVEST A APROPR	0,00
		RESERVA DE REAVALIAC	116.139.786,85
		PREJUIZOS ACUMULADOS	-387.337.008,30
	0,00		0,00

---

(Em R\$)	31/03/2021
REC VDA BENS SERV	2.935.740,90
RECEITA BRUTA	761.293,64
SUBVENCAO MUNICIPAL	2.505.735,00
IMPOSTOS	-217.641,24
CANC / DEV / ABAT	-113.646,50
CUSTOS DOS SERVICOS PRESTADOS	-8.347.985,22
RESULTADO BRUTO	-5.412.244,32
DESPESAS OPERACIONAIS	-6.284.210,49
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-6.319.977,26
OUTRAS REC. DESP. OPERAC. LIQUIDAS	35.766,77
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FINANC.	-11.696.454,81
RESULTADO FINANCEIRO	-1.134.602,57
RECEITAS FINANCEIRAS	86.100,49
DESPESAS FINANCEIRAS	-1.220.703,06
LUCRO (PREJUIZO) ANTES DO IRPJ E CSLL	-12.831.057,38
IRPJ E CSLL	0,00
LUCRO (PREJUIZO) LIQUIDO DO EXERCICIO	-12.831.057,38

---

(Em R\$)	31/03/2021
REC VDA BENS SERV	25.031.039,67
RECEITA BRUTA	21.501.866,29
SUBVENCAO MUNICIPAL	7.158.872,00
IMPOSTOS	-3.143.182,82
CANC / DEV / ABAT	-486.515,80
CUSTOS DOS SERVICOS PRESTADOS	-31.192.276,11
RESULTADO BRUTO	-6.161.236,44
DESPESAS OPERACIONAIS	-19.248.462,23
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-19.294.114,52
OUTRAS REC. DESP. OPERAC. LIQUIDAS	45.652,29
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FINANC.	-25.409.698,67
RESULTADO FINANCEIRO	-3.326.374,64
RECEITAS FINANCEIRAS	470.229,94
DESPESAS FINANCEIRAS	-3.796.604,58
LUCRO (PREJUIZO) ANTES DO IRPJ E CSLL	-28.736.073,31
IRPJ E CSLL	0,00
LUCRO (PREJUIZO) LIQUIDO DO EXERCICIO	-28.736.073,31

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	37
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	40
---	----

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	42
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	43
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	45
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2021</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	8.407
Preferenciais	136
<b>Total</b>	<b>8.543</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	1
<b>Total</b>	<b>1</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2021</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2020</b>
1	Ativo Total	281.479	303.494
1.01	Ativo Circulante	61.880	82.525
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	15.871	50.888
1.01.03	Contas a Receber	19.121	16.823
1.01.03.01	Clientes	19.121	16.823
1.01.04	Estoques	909	812
1.01.06	Tributos a Recuperar	16.423	13.086
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	16.423	13.086
1.01.07	Despesas Antecipadas	9.288	759
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	268	157
1.01.08.03	Outros	268	157
1.02	Ativo Não Circulante	219.599	220.969
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.292	1.247
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.292	1.247
1.02.03	Imobilizado	217.887	219.197
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	217.887	219.197
1.02.04	Intangível	420	525
1.02.04.01	Intangíveis	420	525

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2021</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2020</b>
2	Passivo Total	281.479	303.494
2.01	Passivo Circulante	118.349	114.517
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.064	6.656
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.950	0
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	5.114	0
2.01.02	Fornecedores	14.455	12.654
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	14.455	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	65.862	53.023
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	697	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	65.165	53.023
2.01.05	Outras Obrigações	30.968	42.184
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	343	341
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	343	341
2.01.05.02	Outros	30.625	41.843
2.01.05.02.04	Cessões de Áreas a Realizar / Adiantos Clientes	12.856	7.499
2.01.05.02.05	Eventos a Realizar	4.436	21.061
2.01.05.02.06	Outros	12.077	12.027
2.01.05.02.07	Receita Diferida ISS/IPTU	1.256	1.256
2.02	Passivo Não Circulante	188.178	185.365
2.02.02	Outras Obrigações	64.298	65.063
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.060	1.136
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	1.060	1.136
2.02.02.02	Outros	63.238	63.927
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais Municipais	62.050	62.955
2.02.02.02.04	Cessões de Áreas a Realizar	1.188	972
2.02.03	Tributos Diferidos	5.140	5.215
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.140	5.215
2.02.04	Provisões	89.378	85.199
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	89.378	85.199
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	32.560	30.052
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	56.818	55.147
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	29.362	29.888
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	16.544	16.858
2.02.06.03	Subvenções de Investimento a Apropriar	12.818	13.030
2.03	Patrimônio Líquido	-25.048	3.612
2.03.01	Capital Social Realizado	246.149	246.149
2.03.03	Reservas de Reavaliação	116.140	116.379
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-387.337	-358.916

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	25.031	54.676
3.01.01	Receita Bruta	21.502	52.239
3.01.02	Impostos	-3.143	-3.367
3.01.03	Cancelamentos, devoluções e abatimentos	-487	-139
3.01.04	Subvenção municipal	7.159	5.943
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-31.192	-38.947
3.03	Resultado Bruto	-6.161	15.729
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-19.248	-21.190
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-19.294	-21.380
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	46	190
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-25.409	-5.461
3.06	Resultado Financeiro	-3.327	-150
3.06.01	Receitas Financeiras	470	614
3.06.02	Despesas Financeiras	-3.797	-764
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-28.736	-5.611
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-28.736	-5.611
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-28.736	-5.611
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-3,36335	-0,74592
3.99.01.02	PNA	-3,36335	-0,74592
3.99.01.03	PNB	-3,36335	-0,74592
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-3,36335	-0,74592
3.99.02.02	PNA	-3,36335	-0,74592
3.99.02.03	PNB	-3,36335	-0,74592



**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	-28.736	-5.611
4.02	Outros Resultados Abrangentes	239	244
4.03	Resultado Abrangente do Período	-28.497	-5.367

**Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-33.395	-1.500
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-21.284	1.927
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) do exercício	-28.736	-5.611
6.01.01.02	Depreciação	2.932	1.633
6.01.01.03	Amortização	105	107
6.01.01.05	Provisão para devedores duvidosos	87	11
6.01.01.06	Provisão para contingências	4.179	4.688
6.01.01.07	Provisão para décimo terceiro salário	653	822
6.01.01.08	Provisão de férias e encargos	-260	86
6.01.01.09	Receita diferida realizada	-314	-314
6.01.01.12	Realização de subvenção em imobilizado	-212	-185
6.01.01.13	Juros e variações monetárias	282	690
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-12.111	-3.427
6.01.02.01	Redução (aumento) das contas a receber	-2.385	1.632
6.01.02.02	Redução (aumento) dos estoques	-97	-194
6.01.02.03	Redução (aumento) dos impostos a recuperar	-3.337	-604
6.01.02.04	Redução (aumento) de outros ativos circulantes e não circulantes	-111	-151
6.01.02.05	Aumento (redução) de fornecedores	1.801	6.849
6.01.02.06	Aumento (redução) de obrigações trabalhistas e sociais	15	1.591
6.01.02.07	Aumento (redução) de obrigações tributárias	11.662	9.519
6.01.02.08	Aumento (redução) de outros passivos circulantes e não circulantes	-33	0
6.01.02.09	Despesas antecipadas	-8.529	-9.167
6.01.02.10	Depósitos judiciais	-45	-128
6.01.02.11	Adiantamentos de clientes	5.573	-481
6.01.02.13	Recursos municipais Eventos	-16.625	-12.333
6.01.02.14	Outros Passivos	0	40
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.622	-21
6.02.01	Imobilizado	-1.622	-21
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-35.017	-1.521
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	50.888	27.230
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	15.871	25.709

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	246.149	0	0	-358.916	116.379	3.612
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.149	0	0	-358.916	116.379	3.612
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-28.736	0	-28.736
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-28.736	0	-28.736
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	315	-239	76
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	315	-315	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	0	76	76
5.07	Saldos Finais	246.149	0	0	-387.337	116.140	-25.048

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	216.713	29.420	0	-336.271	117.355	27.217
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	216.713	29.420	0	-336.271	117.355	27.217
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-5.611	0	-5.611
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-5.611	0	-5.611
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	321	-244	77
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	321	-321	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	0	77	77
5.07	Saldos Finais	216.713	29.420	0	-341.561	117.111	21.683

**Demonstração de Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020</b>
7.01	Receitas	28.133	58.222
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	21.502	52.239
7.01.02	Outras Receitas	6.718	5.994
7.01.02.01	Outras Receitas	46	190
7.01.02.02	Receitas Canceladas	-487	-139
7.01.02.03	Subvenções governamentais	7.159	5.943
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-87	-11
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-31.654	-39.278
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-31.654	-39.278
7.03	Valor Adicionado Bruto	-3.521	18.944
7.04	Retenções	-3.038	-1.740
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.038	-1.740
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-6.559	17.204
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	471	614
7.06.02	Receitas Financeiras	471	614
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-6.088	17.818
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-6.088	17.818
7.08.01	Pessoal	13.631	16.992
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.044	6.523
7.08.01.02	Benefícios	2.937	3.592
7.08.01.03	F.G.T.S.	569	1.561
7.08.01.04	Outros	4.081	5.316
7.08.01.04.01	Provisões (Reversões) Conting. Trabalhistas	2.508	2.470
7.08.01.04.02	Férias	567	1.482
7.08.01.04.03	13º Salário	683	889
7.08.01.04.04	Verbas Rescisórias	323	475
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	8.991	6.397
7.08.02.01	Federais	5.031	5.199
7.08.02.03	Municipais	3.960	1.198
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	26	40
7.08.03.02	Aluguéis	26	40
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-28.736	-5.611
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-28.736	-5.611

## Comentário do Desempenho



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### Senhores Acionistas,

A Administração da São Paulo Turismo S.A., em observância aos preceitos legais, submete à apreciação de Vs. Sas. os fatos e eventos relevantes do período de 03 (três) meses encerrado em 31 de março de 2021, acompanhados das Informações Financeiras Intermediárias correspondentes.

### A Empresa

**São Paulo Turismo S. A.** (Companhia ou SPTURIS) estabelecida no Parque Anhembi, à Av. Olavo Fontoura, 1209, São Paulo/SP, fundada em 1970, é uma sociedade de capital aberto, tendo como acionista majoritária a Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP) com 97,9% das ações ordinárias. A sociedade tem por objeto social: a) a locação, comodato, permuta, arrendamento ou qualquer forma de cessão para terceiros de área de sua propriedade, ou ainda, áreas que a Companhia detenha a posse, para a realização de eventos de qualquer espécie, bem como para a exploração comercial de qualquer atividade autorizada pela Sociedade; b) a produção, divulgação e organização de eventos de qualquer espécie, realizados pela Sociedade ou por terceiros; c) o fornecimento e/ou comercialização de infraestrutura, contratações artísticas, serviços, materiais relacionados à produção e realização de eventos em geral, organizados ou não pela sociedade; d) a construção e reforma de qualquer tipo de edificação em sua propriedade ou de terceiros; e) a exploração comercial direta, ou por meio de terceiros, referente a publicidade, merchandising, mídia e telecomunicações de quaisquer espécies; f) a formulação e execução de política, a promoção e exploração do turismo e atividades afins no Município de São Paulo; g) o licenciamento de marcas de sua titularidade; h) o apoio ou patrocínio de projetos ou eventos de interesse social, turístico ou cultural e outros similares; i) a concessão a terceiros de quaisquer tipos de direitos que recaiam sobre a exploração comercial das áreas de sua propriedade ou posse; j) a exploração comercial direta, ou por meio de terceiros, de materiais relacionados à cidade de São Paulo; k) a prestação de serviços de consultoria especializada nas áreas de turismo e eventos.

Os imóveis existentes no COMPLEXO ANHEMBI são os principais elementos para a sua vocação na realização de eventos, exposições e convenções na capital paulista.

## Comentário do Desempenho



O empreendimento possui localização estratégica, estando posicionado num raio de aproximadamente 3 km (três quilômetros) da região central da cidade, 1,5 km (um quilometro e meio) da estação de metrô Portuguesa-Tietê e do Terminal Rodoviário Tietê, às margens do corredor viário da Marginal Tietê e do aeroporto Campo de Marte e, ainda, localizado entre os Aeroportos de Guarulhos (distante 18 quilômetros) e de Congonhas (distante 13 quilômetros), de modo que sua aptidão para recepcionar eventos internacionais é consolidada no mercado.

Atualmente, as principais infraestruturas existentes no COMPLEXO ANHEMBI são:

**SAMBÓDROMO**, com 102.683 m<sup>2</sup> de área e capacidade máxima licenciada para 78.023 pessoas, podendo ser utilizado na sua totalidade ou nos seguintes setores:

- Arena Anhembi (área da concentração do SAMBÓDROMO), com área de 42,8 mil metros quadrados e capacidade máxima para 27.000 pessoas;
- Nova Arena (área da dispersão do SAMBÓDROMO) com área de cerca de 20 mil metros quadrados e capacidade máxima para 24.000 pessoas;
- Setor I (área multiuso localizada ao lado do recuo da bateria) com capacidade máxima para 3.200 pessoas;
- Setores A, B, C, D, E, F, G, H e J (demais arquibancadas) com capacidade total máxima para 27.023 pessoas;

**PAVILHÃO DE EXPOSIÇÕES**, com 76.000 m<sup>2</sup> de área;

**PALÁCIO DE CONVENÇÕES** com 28.091 m<sup>2</sup>, subdivido em:

- Auditório Celso Furtado, com capacidade máxima para 2.502 pessoas e 5.698 m<sup>2</sup> de área;
- Terraço, com capacidade máxima para 1.500 pessoas e 14.560 m<sup>2</sup> de área;
- Auditório 8, com capacidade máxima para 124 pessoas e 187 m<sup>2</sup> de área;
- Auditório 9, com capacidade máxima para 281 pessoas e 380 m<sup>2</sup> de área;
- Halls (Nobre 1, Nobre 2, Nobre 3, Lateral e Frontal), totalizando 6.462 m<sup>2</sup> de área; e
- Quatro salas modulares, totalizando 794 m<sup>2</sup> de área.
- Auditório Elis Regina, com capacidade máxima para 798 pessoas e 1.831 m<sup>2</sup> de área.

## Comentário do Desempenho



Embora o COMPLEXO ANHEMBI seja o maior espaço de eventos do Município, sua estrutura necessita de atualização e reformulação, tanto para concorrer como liderança em exposições na cidade, como para atender às demandas do atual mercado de eventos e convenções mundiais.

A revitalização, modernização, ampliação, operação, manutenção, exploração e gestão pretendidas para os equipamentos e para o COMPLEXO ANHEMBI foram objeto da CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 001/2020, publicada em 30/10/2020.

O projeto teve como pressupostos as seguintes justificativas:

1) a realização dos investimentos necessários para a manutenção da vocação principal do COMPLEXO ANHEMBI como âncora de eventos, entretenimento e turismo de negócios, capaz de reposicioná-lo no mercado nacional e internacional; e

2) a escolha do COMPLEXO ANHEMBI como vetor de desenvolvimento da Macro área de Estruturação Urbana do Arco do Tietê, para a promoção do uso diversificado no âmbito da Centralidade da Metrópole.

Em 14/01/2021 foi publicada a adjudicação do objeto da referida concorrência à empresa GL EVENTS BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA. Os autos do respectivo processo licitatório encontram-se com vistas franqueadas no endereço <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, Processo SEI! Nº 7210.2020/0000956-3.

### Enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus

A Prefeitura do Município de São Paulo editou o Decreto nº 59.283 de 16 de março de 2020, declarando situação de emergência no Município e definiu medidas para o enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus.

Com a finalidade de reestruturar e melhorar a fluidez dos processos da Companhia, dentro do contexto de distanciamento social, decidiu-se a substituição total dos processos físicos, de trâmites processuais em papel para processos eletrônicos, adotando-se o Sistema Eletrônico de Informações – SEI, com as funcionalidades de produzir, editar, assinar e tramitar documentos em uma única ferramenta em todos os departamentos da Companhia.

Considerando o Decreto Municipal nº 60.107/2021, publicado em 04/03/2021, que dispõe sobre a adoção das medidas mais restritivas da Fase Vermelha do Plano São Paulo no âmbito do Município de São Paulo foi adotado obrigatoriamente o regime de **teletrabalho** aos colaboradores, cujas atribuições, por sua natureza e meios de produção, permitam a realização do trabalho remoto, **a partir de 06/03/2021**, preservando a saúde e a segurança de todos os colaboradores, inclusive aprendizes, seja no ambiente laboral, seja no seu



## Comentário do Desempenho



deslocamento para o trabalho, permanecendo inalteradas e válidas enquanto durar o período de emergência, em especial, aos colaboradores pertencentes aos grupos de risco, conforme item III, do artigo 6º.

### Empresa Estatal dependente

A Companhia está incluída nas leis orçamentárias anuais da Prefeitura do Município de São Paulo.

Assim, a Companhia, para a execução orçamentária e financeira para o exercício de 2021 deverá se enquadrar nos limites de gastos estipulados na Lei Orçamentária Anual nº 17.544/2020 (LOA).

### Governança Corporativa

A Companhia informa aos investidores as práticas que adota em relação aos padrões de governança corporativa em modelo de divulgação determinado pela CVM e no Informe do Código de Governança da Companhia, em atendimento à Instrução CVM nº 586/17.

### Desempenho

A receita com a prestação de serviços públicos concentra-se no planejamento, organização e administração de eventos para a Prefeitura do Município de São Paulo.

O quadro abaixo mostra o faturamento de serviços prestados e locações até 31 de março de 2021 comparado a 2020, em R\$ mil.

Regime Competência	mar-21	mar-20	Var. %
<b>(+) EVENTOS / PMSP</b>	<b>20.888</b>	<b>47.996</b>	<b>-56%</b>
<b>(+) ANHEMBI:</b>	<b>613</b>	<b>4.242</b>	<b>-86%</b>
Pavilhão de Exposições	55	359	-85%
Palácio / Elis Regina	0	1.187	-100%
Sambódromo	177	1.132	-84%
Estacionamentos	9	823	-99%
Telecom	10	139	-93%
Outras Locações	363	603	-40%
<b>(=) RECEITA OPERACIONAL *</b>	<b>21.502</b>	<b>52.239</b>	<b>-59%</b>

**Comentário do Desempenho**

<b>(+) SUBVENÇÕES</b>	<b>7.159</b>	<b>5.943</b>	<b>20%</b>
<b>(=) TOTAL RECEITA</b>	<b>28.661</b>	<b>58.182</b>	<b>-51%</b>
<b>(-) DEDUÇÕES:</b>	<b>-3.627</b>	<b>-3.506</b>	<b>3%</b>
Devoluções / Descontos	-487	-139	250%
Impostos	-3.140	-3.367	-7%
<b>(=) RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>25.034</b>	<b>54.676</b>	<b>-54%</b>
<b>* Público</b>	<b>97%</b>	<b>92%</b>	
<b>* Privado</b>	<b>3%</b>	<b>8%</b>	

**Variações relevantes:**

a) A redução em 59% na Receita Operacional decorreu dos impactos da pandemia do COVID-19, em especial a não realização do Evento Carnaval em 2021 e Locações dos Espaços do Complexo Anhembi;

b) O aumento em 20% em Subvenções foi aprovado na LOA 21 (LEI Nº 17.544, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020) em razão da parcial necessidade de recursos do Tesouro para o custeio de suas despesas, tornando mais transparente à sociedade o quanto é despendido pela municipalidade na manutenção dos serviços públicos prestados.

O quadro abaixo mostra o fluxo de caixa comparativo de 2021 e 2020 (em R\$ Mil).

<b>Descrição</b>	<b>Mar/21</b>	<b>Mar/20</b>	<b>Varição</b>
<b>1. TOTAL ENTRADAS</b>	<b>14.457</b>	<b>70.888</b>	<b>-80%</b>
1.1 Anhembi	6.762	6.244	8%
1.2 Eventos / PMSP	537	56.719	-99%
1.5 Subvenções	7.159	7.924	-10%
<b>2. TOTAL SAÍDAS</b>	<b>49.446</b>	<b>87.918</b>	<b>-44%</b>
2.1 Pessoal	10.795	17.960	-40%
2.2 Serviços Públicos	1.281	2.387	-46%
2.3 Tributos/ Parcelamento	5.559	1.909	191%
2.4 Fornecedores/ Outras	31.810	65.661	-52%

## Comentário do Desempenho



<b>RESULTADO</b>	<b>-34.988</b>	<b>-17.030</b>	<b>105%</b>
------------------	----------------	----------------	-------------

a) A redução em 80% nas entradas é devido aos impactos da pandemia do COVID-19, em especial a não realização em 2021, em especial, a do Evento Carnaval e Aniversário da Cidade de São Paulo;

b) O aumento em 191% das saídas com Tributos / Parcelamentos foi reflexo do pagamento em janeiro /21 do IRPJ e CSSLL sobre resultado fiscal de 2020.

### Relacionamento com os auditores

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de março de 2003 e ao Ofício Circular CVM/SEP/SNC nº 02/2003 de 20 de março de 2003, informamos que, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e o período compreendido entre 01 de janeiro e 31 de março de 2021, os Auditores Independentes, Berkan Auditores Independentes S.S, prestaram à Companhia exclusivamente os serviços de auditoria para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

### Relações com os Investidores

A Companhia disponibiliza informações aos acionistas por meio de seu site corporativo <http://www.spturis.com/v7/investidores.php>, boletins eletrônicos e relatórios trimestrais, bem como por meio de seu departamento de Relações com Investidores (telefone: 11-2226-0670, e-mail: [rodrigokluska@spturis.com](mailto:rodrigokluska@spturis.com)).

### Considerações finais

A Administração da Companhia continua atenta às condições atuais desfavoráveis por conta do coronavírus, e não deixará de empenhar todos os seus esforços para colaborar na superação desta crise, na busca da redução dos efeitos, dos riscos e incertezas.

### Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo alinhamento, empenho e talento, e aos nossos clientes e acionistas, pela confiança que nos é atribuída.

São Paulo, 11 de maio de 2021.

## A Administração

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2021

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A São Paulo Turismo S.A (“Companhia” ou “SPTURIS”), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tem por objetivo a realização e/ou exploração direta ou indireta de exposições, feiras, eventos, carnaval, congressos, estacionamento e prestação de serviços para turismo e lazer.

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto com ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. A acionista majoritária é a Prefeitura do Município de São Paulo.

##### 1.1. Empresa Estatal dependente

A Companhia vem sendo incluída nas leis orçamentárias anuais da Prefeitura do Município de São Paulo.

Assim a Companhia, para a execução orçamentária e financeira para o exercício de 2021 deverá se enquadrar nos limites de gastos estipulados na Lei Orçamentária Anual nº 17.544/2020 (LOA).

##### 1.2. Reorganização da administração pública municipal

Em 30/07/2020 foi publicada a Lei Municipal nº 17.433, de 29 de julho de 2020, decorrente do Projeto de Lei nº 749/2019, apresentado pelo Poder Executivo Municipal, que dispõe sobre a reorganização da administração pública municipal indireta, a criação e extinção de entidades e a criação, transferência, alteração e extinção de cargos de provimento efetivo.

Esta lei também dispõe sobre a autorização para a dissolução, liquidação e extinção da São Paulo Turismo S/A, sem prejuízo da autorização para a alienação da participação societária prevista na Lei nº 16.766, de 20 de dezembro de 2017, transferindo à Prefeitura do Município de São Paulo a totalidade dos ativos, tangíveis e intangíveis, e dos passivos. .

Esclarecemos que a SPTURIS não possui qualquer gerência ou poder de condução no processo legislativo municipal.

A previsão relativa à SPTURIS está especificamente contida nos artigos 60 a 62 da Lei Municipal nº 17.433/20, não tendo caráter auto executório, tampouco obrigatório. Vale dizer, não implica qualquer conduta direcionada à dissolução, liquidação e extinção da STURIS, sem que haja o prévio procedimento necessário para tanto, bem como eventual decisão formal pela acionista controladora da SPTURIS e de seus órgãos diretivos.

## Notas Explicativas



A única indicação acerca de possíveis mudanças na Companhia diz respeito à concessão onerosa de uso do Parque Anhembi. Não há qualquer indicação por parte dos acionistas de autorização para início de eventual procedimento para dissolução, liquidação ou extinção desta Companhia

### 1.3. Concessão onerosa de uso do Complexo Anhembi

Em 14/01/2021 foi publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, a homologação do procedimento licitatório promovido pela CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 001/2020 e adjudicado o objeto da licitação à empresa GL EVENTS BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA., tendo sido autorizada a contratação para uso do COMPLEXO ANHEMBI para reforma, gestão, manutenção, operação e exploração pelo prazo de 30 anos.

Em 05/03/2021, a empresa vencedora da licitação, a GL EVENTS BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA, efetuou depósito no valor de R\$ 4.478.353,00 a título de adiantamento da primeira parcela, 1/12 do valor da OUTORGA FIXA de R\$ 53.740.236,00, de acordo com a proposta vencedora, mesmo ainda o contrato não tendo sido formalizado.

Outro elemento do preço da Concessão, a outorga variável, tem como base a aferição do percentual de 12,5% sobre a receita da Concessionária, ou um valor mínimo anual de R\$ 10.000 mil.

A transferência da gestão, conforme estipula a minuta do contrato no edital, deverá ocorrer em 30 dias após assinatura da Ordem de Início, após o período de transição acordado entre as partes. O Concessionário deverá sub-rogar os contratos de eventos e operacionais, receber os currículos de colaboradores, e em 60 dias enviar resposta aos colaboradores cujos currículos foram recebidos e analisados para a finalidade de contratação. Caberá à Companhia realizar a entrega do Complexo Anhembi no prazo determinado e no estado em que se encontra e a desmobilização e a destinação final de bens e equipamentos não relacionados à execução do objeto.

A Concessionária deverá observar todas as determinações legais quanto a legislação tributária e trabalhista relacionadas à execução do objeto, publicar suas demonstrações financeiras nos termos que prevê a legislação societária e obedecer aos padrões e às boas práticas de governança corporativa.

Será obrigação da Concessionária o adimplemento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU incidente sobre a área da Concessão, sendo que quaisquer divergências no cálculo do valor devido deverão ser tratadas exclusivamente entre a Concessionária e a Secretaria Municipal da Fazenda.

A SPTURIS terá direito ao uso do Sambódromo até 68 dias por ano para realizar o Carnaval e mais 7 dias para outros eventos.

A execução das obras deverá ser concluída em 48 meses e terão as seguintes diretrizes:

## Notas Explicativas



- a) Preservar a vocação do COMPLEXO ANHEMBI como espaço de convenções, exposições e eventos;
- b) Que o COMPLEXO ANHEMBI esteja apto a receber megaeventos internacionais;
- c) Espaço de convenções e exposições com área locável mínima de 24.000m<sup>2</sup> e capacidade para 12.000 pessoas;
- d) Espaço de exposições no mínimo com 74.700m<sup>2</sup>;
- e) Adequação e modernização do Polo Cultural e Esportivo Grande Otelo – SAMBÓDROMO

Decorrido o prazo da Concessão, retornarão à SPTURIS os bens reversíveis que basicamente são todas as edificações e equipamentos objeto da Concessão e respectivas infraestruturas.

Os autos do respectivo processo licitatório foram disponibilizados aos interessados no site de consulta a processos da Prefeitura do Município de São Paulo, Processo SEI! Nº 7210.2020/0000956-3.

### **1.4. Efeitos do COVID-19 “Coronavírus” nas Informações Financeiras Intermediárias**

A Companhia, vem atualizando seus acionistas e o mercado em geral sobre as medidas implementadas pela Administração no gerenciamento da pandemia do COVID-19.

Vem também gerenciando uma série de planos de ação com o objetivo de minimizar os impactos à cidade e aos seus colaboradores, ao mesmo tempo atender as diversas determinações do Governo federal e estadual onde está localizada, de forma a colaborar com a prevenção da pandemia.

Com relação à saúde financeira da Companhia, os impactos decorrentes da atual crise sanitária que acomete o país causam interferência direta na economia, e, no caso específico, no setor de eventos e turismo, tal como em outros setores econômicos, levando ao cancelamento e adiamento e impactando fortemente a receita de eventos realizados no Complexo Anhembi (contratos privados) e daqueles promovidos pela Prefeitura do Município de São Paulo (eventos públicos), neste primeiro trimestre de 2021.

No mais, as seguintes medidas administrativas mais relevantes foram tomadas:

- Adoção de regime excepcional de teletrabalho (*home office*) para alguns dos colaboradores, priorizando-se aqueles que se encaixam no grupo de risco, gestantes e lactantes;
- Antecipação compulsória do período de férias de alguns dos colaboradores;
- Flexibilização da jornada de trabalho dos colaboradores que utilizam transporte público, evitando-se os horários de pico;
- Reuniões por vídeo ou teleconferência;

## Notas Explicativas



- Com a finalidade de reestruturar e melhorar a fluidez dos processos da empresa, foi implantado o **Sistema Eletrônico de Informações – SEI**, o qual permite produzir, editar, assinar e tramitar documentos simultaneamente com todos os departamentos da Companhia, possibilitando a substituição total dos processos físicos.

A Diretoria da Companhia autorizou, em 11 de maio de 2021, a emissão das informações intermediárias para o período findo em 31 de março de 2021.

As presentes informações trimestrais foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de maio de 2021.

### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As informações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Contábil - CPC 21 (R1) "Demonstração Intermediária" e a norma internacional de contabilidade IAS 34 – "Interim Financial Reporting", aplicáveis à elaboração das informações intermediárias e estão sendo apresentadas nos termos dos referidos Pronunciamentos e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis às Informações Trimestrais – ITR.

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis estão sendo apresentadas de forma consistente às práticas contábeis adotadas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 conforme nota explicativa nº 3. Por isso, essas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as informações divulgadas nas demonstrações contábeis do exercício findo de 31 de dezembro de 2020.

Em 1º de janeiro de 2021, novas normas emitidas pelo IASB entraram em vigor, assim como outras normas emitidas entrarão em vigor nos exercícios subsequentes. A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e não identificou efeitos significativos sobre os valores que foram ou serão reportados.

**Notas Explicativas****4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Bens numerário	30	30
Conta movimento	142	35
Aplicações financeiras	15.699	50.823
	<b>15.871</b>	<b>50.888</b>

As aplicações financeiras estão concentradas em renda fixa com remuneração média de 98% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa possuem liquidez imediata sem risco de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

**5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

a) São compostas por:

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Clientes no País	3.752	3.321
Partes relacionadas (Prefeitura do Município de São Paulo)	19.082	17.128
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(3.713)	(3.626)
	<b>19.121</b>	<b>16.823</b>

b) O *aging list* do contas a receber de clientes, classificadas no ativo circulante, está demonstrada como segue:

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
A vencer	916	14.915
<b>Vencidos:</b>	<b>21.918</b>	<b>5.534</b>
Vencidos até 30 dias	60	148
Vencidos de 31 dias até 60 dias	17.044	-
Vencidos de 61 dias até 90 dias	18	75
Vencidos de 91 dias até 180 dias	116	963
Vencidos há mais de 180 dias	4.680	4.348
<b>Total</b>	<b>22.834</b>	<b>20.449</b>

O valor da provisão de perda de crédito estimada é baseado na análise da Administração sobre perdas esperadas nos créditos a vencer e vencidos.

c) A movimentação da provisão de perda de crédito estimada está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Saldo no início do período</b>	<b>3.626</b>	<b>4.703</b>
Aumento da provisão	87	67
Reversão de provisão	-	(1.144)



**Notas Explicativas**

<b>Saldos no final do período</b>	<b>3.713</b>	<b>3.626</b>
-----------------------------------	--------------	--------------

**6. TRIBUTOS A RECUPERAR**

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
IRPJ a compensar (a)	7.468	4.316
CSLL a compensar	1.281	9
COFINS a compensar	952	-
PIS a compensar	207	-
INSS a compensar (b)	6.515	8.761
	<b>16.423</b>	<b>13.086</b>

(a) IRPJ a Compensar é constituído pela retenção de IRRF sob as notas fiscais e ao saldo negativo apurado no exercício de 2020 que será realizado no próximo ano.

(b) O INSS a Compensar diz respeito ao INSS retido nas notas fiscais sob serviços prestados. A realização do mesmo acontecerá no próximo ano.

**7. DESPESAS ANTECIPADAS E OUTROS VALORES A RECEBER**

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Adiantamentos de férias e outros adiantamentos a empregados	268	157
Tributos diferidos/antecipados	<b>9.288</b>	<b>759</b>
IPTU 2021 a apropriar	8.017	-
PIS e COFINS Receitas de cessões a realizar	857	759
PIS e COFINS Concessão Complexo Anhembi	414	-
	<b>9.556</b>	<b>916</b>

**8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL**

a) Composição do immobilizado e intangível:

	Taxas anuais depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Perdas por desvalori- zação	Líquido 31/03/2021	Líquido 31/12/2020
Terrenos	-	121.122	-	-	121.122	121.122
Edifícios e benfeitorias	2% a 10%	136.971	(52.268)	-	84.703	85.595
Túnel de serviços	4,17%	4.288	(2.577)	-	1.711	1.756
Estacionamento	4% a 20%	11.419	(5.658)	-	5.761	5.865
Ruas, praças e jardins	3,03 a 25%	3.010	(1.780)	-	1.230	1.261
Instalações	10%	16.652	(13.449)	(205)	2.998	3.211
Máquinas e equipamentos	10% e 20%	7.406	(7.201)	(40)	165	174
Veículos	20%	1.244	(1.244)	-	-	-
Móveis e utensílios	10% e 20%	5.334	(5.151)	(16)	167	182
Outros ativos fixos	10% e 20%	510	(479)	(1)	30	31
<b>Total immobilizado</b>		<b>307.956</b>	<b>(89.807)</b>	<b>(262)</b>	<b>217.887</b>	<b>219.197</b>

**Notas Explicativas**

Programas e sistemas	20%	2.266	(1.848)	-	418	522
Marcas e patentes	10%	102	(100)	-	2	3
<b>Total intangível</b>		<b>2.368</b>	<b>(1.948)</b>	<b>-</b>	<b>420</b>	<b>525</b>
<b>Total imobilizado e intangível</b>		<b>310.324</b>	<b>(91.755)</b>	<b>(262)</b>	<b>218.307</b>	<b>219.722</b>

b) A movimentação do imobilizado e intangível está demonstrada a seguir:

Contas	31/12/2020	Adições	Depreciação	31/03/2021
Terrenos	121.122	-	-	121.122
Edifícios e Benfeitorias	85.595	229	(1.121)	84.703
Túnel de Serviços	1.756	-	(45)	1.711
Estacionamento	5.865	7	(111)	5.761
Ruas Praças e Jardins	1.261	-	(31)	1.230
Instalações	3.211	563	(776)	2.998
Máquinas e equipamentos	174	700	(709)	165
Veículos	-	38	(38)	-
Moveis e Utensílios	182	34	(49)	167
Outros ativos fixos	31	51	(52)	30
<b>Total Imobilizado</b>	<b>219.197</b>	<b>1.622</b>	<b>(2.932)</b>	<b>217.887</b>
Programas e Sistemas	522	-	(104)	418
Marcas e Patentes	3	-	(1)	2
<b>Total Intangível</b>	<b>525</b>	<b>-</b>	<b>(105)</b>	<b>420</b>
<b>Imobilizado e Intangível</b>	<b>219.722</b>	<b>1.622</b>	<b>(3.037)</b>	<b>218.307</b>

O ativo imobilizado tem seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente caso haja indicadores de perda de valor. Com base em laudo preparado por especialista independente, na data base de 31 de dezembro de 2020, houve perda relacionada à redução ao valor recuperável no montante de R\$ 262 para instalações, máquinas, equipamentos, móveis e utensílios.

**9. FORNECEDORES**

	31/03/2021	31/12/2020
A vencer	3.372	7.926
<i>Vencidos:</i>		
Vencidos até 30 dias	(a) 7.458	806
Vencidos de 31 dias até 60 dias	(a) 120	761
Vencidos de 61 dias até 90 dias	(a) 38	2
Vencidos de 91 dias até 180 dias	(a) 357	209
Vencidos há mais de 180 dias	(b) 3.110	2.950
<b>Total</b>	<b>14.455</b>	<b>12.654</b>

(a) Os valores vencidos até 30 dias são, em sua maior parte, decorrentes de procedimentos administrativos em observância da Lei das Licitações, pela qual o pagamento ao fornecedor depende, dentre outros requisitos, de sua regular situação perante o fisco. Outros fornecedores em atraso decorrem de questões referentes a prestação dos serviços e são direcionados a processos administrativos ou à via

## Notas Explicativas



judicial. Estes casos, em que a Companhia entende que os atrasos estão justificados, também não lhes reconhece quaisquer juros passivos.

(b) Os valores vencidos há mais de 180 dias decorrem de pendências geradas na execução dos contratos que estão sendo discutidas judicialmente.

### 10. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Rescisões	-	2
FGTS	166	-
INSS empresa	1.784	1.765
INSS retido	169	172
13º Salário	653	-
Férias e encargos	3.922	4.182
IRRF	294	535
Consignações em folha	76	-
	<b>7.064</b>	<b>6.656</b>

### 11. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

		<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Circulante</b>			
Prefeitura do Município de São Paulo (IPTU/ISS)	(b)	60.453	46.352
Parcelamento IPTU/ISS	(a)	4.713	4.692
Impostos a recolher:			
COFINS a recolher		-	954
PIS a recolher		-	204
Impostos retidos		696	821
		<b>65.862</b>	<b>53.023</b>
<b>Não circulante</b>			
IPTU / ISS e respectivos parcelamentos	(a)	62.050	62.955
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação		5.140	5.215
		<b>67.190</b>	<b>68.170</b>
<b>Total circulante e não circulante</b>		<b>133.052</b>	<b>121.193</b>

(a) Em 23/06/2006, a empresa aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, pelo qual as obrigações tributárias foram parceladas em até 347 meses à taxa de juros SELIC. Essas obrigações se dividem em dois tributos (IPTU e ISS), com data focal distinta, sendo o IPTU desde 1991 e o ISS desde 1997.

O benefício da redução de 50% da multa e 100% dos juros de mora da adesão ao PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, relativos a tributos municipais de 1991 a 2004, foram registrados como Receita Diferida, em razão da possível exclusão do PPI e do restabelecimento dos valores das multas e juros, reduzidos na forma

## Notas Explicativas



da legislação pertinente, caso haja inadimplência por mais de 60 dias (art. 9º, § 1º e 2º). Assim, segundo dispõem os artigos 117 da Lei nº 5.172, de 1966 (CTN) e artigo 125 da Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil) os atos ou negócios jurídicos, reputam-se perfeitos e acabados, quando a condição for suspensiva, desde o momento do seu implemento.

- (b) A Companhia recebeu notificações adicionais de cobrança de IPTU referentes aos anos de 2014 a 2020, em razão de vistoria efetuada no imóvel da sede em junho de 2019 no montante de R\$ 34.887 mil. Em 11/02/2020 impugnamos administrativamente os lançamentos para a quadra 283, processo SEI Nº 6017.2020/0007572-6, e quadra 284, processo SEI nº 6017.2020/0007548-3. Em 15/06/2020 a decisão foi desfavorável sob o argumento da legitimidade do lançamento do crédito tributário mediante a fiscalização in loco, quando foram constatadas divergências na situação fática e plantas apresentadas, comparadas aos dados constantes do Cadastro Imobiliário Fiscal. Em 23/10/2020 foi publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo a manutenção das decisões para os recursos apresentados nos processos SEI 6017.2020/0033963-4 e 6017.2020/0033971-5.

## 12. EVENTOS A REALIZAR

		<b>31/03/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Carnaval (repasses)	(a)	4.436	406
Réveillon na Paulista		-	2.949
Eventos diversos contrato SMTUR 017/2019		-	17.706
		<b>4.436</b>	<b>21.061</b>

- (a) Conforme contrato 019/2020 SMTUR assinado entre a São Paulo Turismo S/A e a Prefeitura do Município de São Paulo em 11/11/2020, previa-se a realização do Carnaval 2021 o qual foi suspenso e adiado com nova previsão, e os valores a receber e a pagar constam registrados tanto nesta nota explicativa, quanto os valores a receber na nota explicativa nº 5.

A movimentação de eventos a realizar está demonstrada a seguir:

Contrato	<b>Saldo em 31/12/2020</b>	Recursos faturados	Eventos realizados/ cancelados	<b>Saldo em 31/03/2021</b>
Carnaval 2020/2021	406	4.059	(29)	4.436
Réveillon na Paulista	2.949		(2.949)	-
SMTUR 021/2020 Eventos diversos	17.706	-	(17.706)	-
	<b>21.061</b>	<b>4.059</b>	<b>(20.684)</b>	<b>4.436</b>

## 13. EMPRESAS MUNICIPAIS – ACORDO PMSP/INSS

## Notas Explicativas



Em 31 de janeiro de 2003, o INSS consolidou a dívida da administração direta e indireta da Prefeitura do Município de São Paulo, incluindo a São Paulo Turismo S/A. O equacionamento da dívida com o INSS foi feito por negociação direta da Prefeitura do Município de São Paulo, acionista majoritária. O total da dívida da PMSP e suas empresas foi pago por meio da retenção do Fundo de Participação dos Municípios – FPM. Nessa negociação o pagamento foi ajustado em 240 meses, cabendo à Companhia um percentual da média ponderada do total da dívida das empresas da PMSP.

A Receita Federal tem por prática, com relação aos débitos parcelados, dar a quitação a partir dos mais antigos. Desta forma, foi apurado que esta Companhia teve seus débitos quitados antes de algumas empresas. Por sua vez, algumas destas empresas aderiram a parcelamentos diretamente com a Receita Federal que ofereciam condições mais vantajosas. Na reformulação do parcelamento da PMSP, as demais empresas efetuaram acordos para o restabelecimento do equilíbrio em razão deste procedimento da Receita Federal. A posição devedora da Companhia é com a SPTRANS, sendo:

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Passivo circulante	343	341
Passivo não circulante	1.060	1.136
<b>Total</b>	<b>1.403</b>	<b>1.477</b>

### 14. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Circulante</b>		
Cessões de áreas a realizar - Pavilhão de Exposições	3.396	2.874
Cessões de áreas a realizar - Palácio das Convenções	3.245	3.063
Cessões de áreas a realizar - Auditório Elis Regina	275	246
Cessões de áreas a realizar - Polo Cultural	1.155	1.055
	<b>8.071</b>	<b>7.238</b>
Adiantamentos de clientes	(a) 4.785	261
	<b>12.856</b>	<b>7.499</b>
<b>Não circulante</b>		
Cessões de áreas a realizar - Pavilhão de Exposições	170	36
Cessões de áreas a realizar - Palácio das Convenções	785	710
Cessões de áreas a realizar - Auditório Elis Regina	68	68
Cessões de áreas a realizar - Polo Cultural	165	158
	<b>1.188</b>	<b>972</b>
<b>Total circulante e não circulante</b>	<b>14.044</b>	<b>8.471</b>

(a) R\$ 4.478 referem-se ao adiantamento da concessão, que tem natureza distinta dos demais registrados no grupo.

## Notas Explicativas



A movimentação de adiantamentos para cessões de áreas a realizar está demonstrada a seguir:

	<b>Pavilhão</b>	<b>Palácio</b>	<b>Elis</b>	<b>Polo</b>	<b>Total</b>
<b>Circulante</b>					
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>2.874</b>	<b>3.063</b>	<b>246</b>	<b>1.055</b>	<b>7.238</b>
Contratos firmados	758	283	29	253	1.323
Descontos	(47)	(26)	-	(1)	(74)
Transferências para o longo prazo	(134)	(75)	-	(7)	(216)
Transferências para receitas	(55)	-	-	(145)	(200)
<b>Saldo em 31/03/2021</b>	<b>3.396</b>	<b>3.245</b>	<b>275</b>	<b>1.155</b>	<b>8.071</b>
<b>Não circulante</b>					
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>36</b>	<b>710</b>	<b>68</b>	<b>158</b>	<b>972</b>
Transferências para o curto prazo	134	75	-	7	216
<b>Saldo em 31/03/2021</b>	<b>170</b>	<b>785</b>	<b>68</b>	<b>165</b>	<b>1.188</b>

### Pandemia do Corona Vírus - COVID 19

A política da Companhia é, dentro das possibilidades, sejam realizados os máximos esforços para que eventos não sejam cancelados, e sim, adiados. Dessa forma evitamos a devolução de receitas, ao transformar os cancelamentos e adiamentos em cartas de crédito; a menos que os eventos tenham cunho assistencial e realizados por órgão assistencial, em combate à fome, ou com arrecadação com este objetivo.

### 15. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária, que surgem no curso normal de seus negócios e registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis. As provisões foram constituídas em conformidade com o Pronunciamento nº 25, deliberação CVM nº 594/09, aprovado pela Resolução CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25).

#### (a) Provisões constituídas:

	<b>31/03/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Cíveis	56.819	55.147
Trabalhistas	2.847	2.771
Provisão para dissídios e encargos	29.712	27.281
<b>Total</b>	<b>89.378</b>	<b>85.199</b>

Cíveis – A ação mais relevante, no montante provisionado de R\$ 51.726 trata-se de ação de cobrança movida contra a SPTURIS, por via da qual são cobrados os valores

## Notas Explicativas



dos contratos de prestação de serviços de transporte (a SPTrans transportava os integrantes das escolas de samba das suas sedes até o local do desfile) dos Carnavais de 1984, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1993 e 1997.

O pedido foi julgado procedente em 1ª instância, sendo a decisão ratificada pelo TJ/SP.

No STJ, o Recurso Especial da Companhia foi julgado prejudicado, pois a Ministra Relatora deu provimento ao recurso da Municipalidade de SP para permitir seu ingresso no feito e determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem, a fim de serem reanalisados os honorários sucumbenciais.

Concomitantemente, a SPTrans ingressou com incidente de cumprimento provisório de sentença com relação ao crédito principal. O incidente se encontra, no momento, suspenso por convenção das partes.

Desde setembro do ano de 2019, a SPTURIS tem diligenciado junto às Secretarias Municipais pertinentes e junto à SPTrans no sentido de que seja celebrada uma composição para quitação do saldo devedor.

Trabalhistas – A Companhia é parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. A Administração, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados.

Provisão para dissídio e encargos – Referem-se aos dissídios de acordos coletivos de trabalho, para aumento nos salários, vales alimentação e refeição e piso salarial.

ACT	Percentual	Valor
2016/2017	8,00%	17.442
2017/2018	2,00%	3.590
2018/2019	4,00%	5.121
2019/2020	3,05%	2.337
2020/2021	5,42%	1.222
		<u>29.712</u>

A movimentação das provisões está demonstrada a seguir:

	Cíveis	Trabalhistas	Dissídios
<b>Saldo no início do período 31/12/2020</b>	<b>55.147</b>	<b>2.771</b>	<b>27.281</b>
Atualização dissídio e encargos	-	-	2.431
Novos processos	-	-	-
Processos baixados	-	-	-
Alterações nos processos existentes	1.671	76	-
<b>Saldos no final do período 31/03/2021</b>	<b>56.818</b>	<b>2.847</b>	<b>29.712</b>

### (b) Passivos contingentes não provisionados

Tipo de Ação	31/03/2021	31/12/2020
--------------	------------	------------

**Notas Explicativas**

Ações Cíveis	1.477	1.434
Trabalhistas	1.503	1.298
	<b>2.980</b>	<b>2.732</b>

Estas ações de natureza cível e trabalhista até a presente data não foram objeto de decisão em grau de recurso, e implicam risco potencial no médio prazo, considerando as matérias discutidas e os precedentes das cortes superiores pertinentes.

No atinente às ações cíveis, a maior parte das provisões está relacionada a três processos judiciais. Já no tocante às ações trabalhistas, o saldo contingenciado é objeto de diversos processos judiciais.

A Companhia tem como depósitos judiciais, em 31/03/2021, o montante de R\$1.292 (R\$ 1.247 em 31 de dezembro de 2020).

**16. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS (PAC)**

Em 01/08/2013 foi acordado com o Ministério do Turismo o Termo de Compromisso nº 0412.721-37/2013, com base na Lei 11.578/2007 (Programa de Aceleração do Crescimento - PAC), pelo qual a Companhia executaria reformas e melhorias no complexo Anhembi mediante a transferência de recursos financeiros da União no valor até R\$ 60.000. A liberação dos recursos financeiros é feita com a execução física e orçamentária, havendo saldo disponível de R\$ 12.077 de recursos para aplicação em 31/03/2021, e investimentos realizados de R\$ 15.580 em imobilizado. Este valor aplicado em obras, líquido da depreciação, resulta em R\$ 12.818, e está refletido em receita diferida no passivo, que será realizado de forma cotejada com a realização do respectivo ativo imobilizado.

**17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

## a) Capital social

	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais Classe A	Ações Preferenciais Classe B	Total	Capital social 31/03/2021
Saldos em 31/03/2021	8.407.877	45.022	90.996	8.543.895	246.149

A empresa contava com 3.672 acionistas em 31/03/2021. Os códigos de cotação na bolsa são AHEB3 para ações ordinárias, AHEB5 para ações preferenciais Classe A e AHEB6 para ações preferenciais Classe B.

## b) Reserva de reavaliação

Movimentação da reserva de reavaliação e tributos	Reserva	Tributos	Total
---	---------	----------	-------



**Notas Explicativas**

<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>121.595</b>	<b>(5.216)</b>	<b>116.379</b>
Realização da reserva de reavaliação	(315)	-	(315)
Realização de tributos sobre a reserva de reavaliação	-	76	76
<b>Saldo em 31/03/2021</b>	<b>121.280</b>	<b>(5.140)</b>	<b>116.140</b>

**18. APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE)**

A DRE publicada atende às disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 47, aprovado pela Resolução CFC – NBC TG 47, aprovado pela Deliberação CVM - 762/16, a qual determina que as quantias cobradas por conta de terceiros – tais como tributos sobre vendas, tributos sobre bens e serviços e tributos sobre o valor adicionado não devem ser computadas como receita na divulgação da referida demonstração. A norma tributária (artigo 208 do Regulamento do Imposto de Renda - Decreto 9.580/18) determina que a Receita Líquida representa o montante da Receita Bruta, deduzido das vendas canceladas, dos descontos concedidos incondicionalmente e dos impostos incidentes sobre vendas. Assim, perante a referida legislação, a parte inicial da DRE publicada deveria ser apresentada da seguinte forma:

	<b>31/03/2021</b>	<b>31/03/2020</b>
<b>Receita bruta</b>		
Eventos	20.889	47.996
Pavilhão	55	359
Palácio	-	1.187
Polo Cultural	177	1.132
Outras Locações	289	558
Estacionamento	9	823
Telecom	10	139
Autódromo de Interlagos	73	45
Subvenções	7.159	5.943
	<b>28.661</b>	<b>58.182</b>
Impostos (PIS, COFINS, ISS)	(3.143)	(3.367)
Outras deduções da receita	(487)	(139)
<b>Receita líquida</b>	<b>25.031</b>	<b>54.676</b>

**19. CUSTOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS****19.1 Custos das atividades operacionais**

Os custos se constituíram da seguinte forma:

	<b>31/03/2021</b>	<b>31/03/2020</b>
Serviços Prestados	23.817	29.008
Equipamentos	66	412

## Notas Explicativas



Utilidades e Serviços	3.734	4.364
Mão de Obra Direta	2.419	3.941
Depreciação	1.156	1.222
	<b>31.192</b>	<b>38.947</b>

### 19.2 Despesas administrativas

As despesas administrativas se constituíram da seguinte forma:

	<b>31/03/2021</b>	<b>31/03/2020</b>
Remunerações, encargos sociais e benefícios	10.288	12.385
Utilidades e serviços	138	245
Honorários	216	198
Manutenções e locações	988	373
Despesas gerais	2.977	2.860
Propaganda e publicidade	28	8
Tributos, taxas e contribuições	229	421
Depreciações e amortizações	164	191
Provisões e reversões de provisões	4.266	4.699
	<b>19.294</b>	<b>21.380</b>

Referem-se a gastos aplicados nas atividades operacionais da empresa.

### 20. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	<b>31/03/2021</b>	<b>31/03/2020</b>
Realização de receitas diferidas de benefícios de adesão a parcelamentos tributários	339	322
Atualização de passivos tributários	(2.102)	(723)
Receitas de aplicações financeiras	79	267
Multas	(12)	(2)
Multas Tributárias	(324)	-
Variações Monetárias Ativas e Passivas	(1.330)	(17)
Outras receitas e despesas financeiras	23	3
	<b>(3.327)</b>	<b>(150)</b>

### 21. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O CPC 22 – Informações por Segmento requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes de negócios da Companhia, que são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para alocar recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho.

## Notas Explicativas



Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos aos principais tomadores de decisões estratégicas e operacionais. Os principais segmentos de negócios são divididos em:

- setor público, no qual são desenvolvidas as atividades de promoção e exploração do turismo e atividades afins, de acordo com as políticas formuladas pela Prefeitura do Município de São Paulo, e;
- setor privado, onde é explorada a cessão de áreas internas para realização de eventos de qualquer espécie.

Na tabela a seguir há informação financeira sumariada relativa aos segmentos da Companhia para 31/03/2021 e 31/03/2020.

### Saldos em 31/03/2021

	Público	Privado	Total
Receita Bruta	20.889	613	21.502
Subvenções	7.159	-	7.159
Receita bruta	28.048	613	28.661
Impostos (PIS, COFINS, ISS)	(3.082)	(61)	(3.143)
Outras deduções da receita	(373)	(114)	(487)
Receita líquida	24.593	438	25.031
Custos	(26.236)	(4.956)	(31.192)
Resultado bruto	(1.643)	(4.518)	(6.161)
Despesas administrativas			(19.294)
Outras receitas operacionais			46
Resultado financeiro			(3.327)
Prejuízo líquido			(28.736)

### Saldos em 31/03/2020

	Público	Privado	Total
Receita Bruta	47.996	4.243	52.239
Subvenções	5.943	-	5.943
Receita bruta	53.939	4.243	58.182
Impostos (PIS, COFINS, ISS)	(2.972)	(395)	(3.367)
Outras deduções da receita	(39)	(100)	(139)
Receita líquida	50.928	3.748	54.676
Custos	(32.949)	(5.998)	(38.947)
Resultado bruto	17.979	(2.250)	15.729
Despesas administrativas			(21.380)
Outras receitas operacionais			190
Resultado financeiro			(150)
Prejuízo líquido			(5.611)

## Notas Explicativas



### 22. PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo do prejuízo básico por ação foi baseado no prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

O cálculo do lucro (prejuízo) diluído por ação foi baseado no lucro (prejuízo) líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	31/03/2021	31/03/2020
<b>Numerador</b>		
Lucro (prejuízo) no trimestre atribuível às ações ordinárias em circulação	(1.030)	(225)
<b>Denominador (em milhares de ações) básico</b>		
Média ponderada do número de ações em circulação	304.231	302.231
<b>Lucro (prejuízo) líquido por ação básico no trimestre</b>	<b>(3,38)</b>	<b>(0,74)</b>

### 23. SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros, e as principais coberturas são:

Objeto do seguro	Modalidade	Importância assegurada	
		31/03/2021	31/12/2020
Imobilizado:			
Prédios, máquinas, computadores, móveis e utensílios (danomáximo provável)	Riscos diversos	116.414	116.414
Veículos	Casco, Terceiros, Responsabilidade Civil	Valores de Mercado	Valores de Mercado

### 24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes

## Notas Explicativas



no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

### a) Instrumentos financeiros por categoria

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de março de 2021 estão identificados a seguir:

	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
<b>Ativos</b>			
Bens numerário e conta movimento	172	-	172
Aplicações financeiras	-	15.699	15.699
Contas a receber e clientes	19.121	-	19.121
Impostos a recuperar	16.423	-	16.423
Outras contas a receber	268	-	268
	<b>35.984</b>	<b>15.699</b>	<b>51.683</b>
<b>Passivos</b>			
Fornecedores	14.455	-	14.455
Obrigações trabalhistas	7.064	-	7.064
Obrigações tributárias	127.912	-	127.912
Empresas municipais	1.403	-	1.403
	<b>150.834</b>	<b>-</b>	<b>150.834</b>

### b) Derivativos

A Companhia não possui opções, *swaptions*, *swaps* com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e "derivativos exóticos".

## 25. PARTES RELACIONADAS

O volume de transações com as partes relacionadas (Prefeitura e suas Secretarias e empresas da administração indireta) representou, em 31/03/2021, 98% da receita total, comparado a 93%, no mesmo período, em 2020.

As receitas com eventos se concentraram no período anterior à pandemia. As transações efetuadas com a parte relacionada Prefeitura do Município de São Paulo, devido às características dos serviços, sem cobrança de ingressos, são feitas em condições exclusivas, e levam em consideração os custos, taxa de administração, na média 15%, e impostos. No caso de atividades relacionadas à pandemia, a taxa de administração foi em média 5%. Não houve ocorrência de interessados do setor privado para a contratação de serviços com características semelhantes aos que são prestados para a Prefeitura.

**Notas Explicativas**

Com relação às locações das áreas do complexo para partes relacionadas, não constam registros para o primeiro trimestre de 2021 e 2020. São praticados descontos que variam de 25% a 50%, enquanto para o setor privado é praticado de 10 a 25%.

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Ativos</b>		
Contas a receber (Prefeitura do Município de São Paulo)	19.082	17.128
	<b>19.082</b>	<b>17.128</b>
<b>Passivos</b>		
<b>Curto prazo</b>		
PMSP Eventos a realizar	4.436	21.061
PMSP Parcelamento ISS/IPTU	4.713	4.692
SPTRANS	343	341
	<b>9.492</b>	<b>26.094</b>
<b>Longo prazo</b>		
PMSP Parcelamento ISS/IPTU	62.050	62.955
SPTRANS	1.060	1.136
	<b>63.110</b>	<b>64.091</b>

**Receitas com prestações serviços por Contrato – Secretarias**

Nº CONTRATO – SECRETARIA	31/03/2021	31/03/2020
019/2020 - SMTUR (CARNAVAL 2021 - APOIO)	228	-
020/2020 - SMTUR (REVEILLON SP 2021)	406	-
021/2020 - SMTUR (EVENTOS DIVERSOS)	19.510	-
022/2020 - SMTUR (NATAL SP ILUM TRIANGULO)	136	-
024/2021 - SMS – (EVENTOS DIVERSOS)	571	-
PREFEITURA – OUTROS	38	-
027/2019-SMTUR (REVEILLON 2020)	-	2.700
030/2019 - SMTUR (INFRA CARNAVAL 20)	-	5.449
068/SMC-G/2019 - CARNAVAL DE RUA 2020	-	20.648
54/14 SMS	-	595
012/2019 - SMTUR (PLATUM)	-	30
021/2019 - SMTUR (CARNAVAL REPASSE)	-	171
22/2019 - SMTUR (CARNAVAL REPASSE)	-	772
017/2019 - SMTUR EV DIVERSOS - 2019/2020	-	214
024/19 SMTUR (AUTODROMO)	-	517
025/19 SMTUR (EVENTOS DIVERSOS)	-	16.900
<b>TOTAL</b>	<b>20.889</b>	<b>47.996</b>
<b>SUBVENÇÕES MUNICIPAIS</b>	<b>7.159</b>	<b>5.943</b>

**Custos com prestações de serviços para partes relacionadas – Prefeitura do Município de São Paulo**

Os custos mais relevantes de prestação de serviços à Prefeitura, no montante de R\$ 23.817, no primeiro trimestre de 2021, concentraram-se em quatro fornecedores, cada qual respectivamente para os seguintes itens para eventos: Apoio operacional,

## Notas Explicativas



containers, tendas e iluminação. Pela análise de risco deste passivo financeiro, estes quatro fornecedores representaram 91% dos custos do primeiro trimestre, e se referem, a maior parte, a apoio operacional para eventos, cerca de 52%. O apoio operacional mais relevante foi utilizado na reabertura de parques. Com outro fornecedor, 25% referem-se a containers utilizados nas “Ações Vidas Centro”. Com o fornecedor de tendas representa 7%, aplicadas a estruturas para vacinações. O fornecedor de estruturas de iluminação para eventos responde por 6% do total de custos. Estimamos que o grau de dependência destes quatro fornecedores das receitas provenientes da SPTURIS fica em torno de 57% para os prestadores de serviços de apoio operacional, 17% para os aluguéis de containers, 100% para os fornecedores de tendas. Para o fornecimento de iluminação, aparentemente, a dependência também é alta, mas os números de amostragem são reduzido, e não permite uma conclusão. As amostras são obtidas da quantidade de notas fiscais emitidas contra a SPTURIS comparada ao universo estimado de notas fiscais emitidas pelo fornecedor durante o trimestre, com base nos números da primeira e da última nota fiscal emitida contra a SPTURIS.

### 26. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Os integrantes do Conselho de Administração recebem uma remuneração mensal fixada na Assembleia Geral, assim como os integrantes do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho Fiscal. Os diretores estatutários recebem um salário mensal estabelecido em Assembleia Geral e não recebem outros benefícios.

Não houve alteração das remunerações, tendo sido fixadas as dos Conselhos de Administração e Fiscal em Assembleia Geral Extraordinária de 16/03/2007, as do Comitê de Auditoria Estatutário em Assembleia Geral Extraordinária de 29/06/2018, e as dos Diretores em Assembleia Geral Extraordinária de 02/09/2016.

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia no primeiro trimestre de 2021 foi de R\$ 577, e no primeiro trimestre de 2020 foi de R\$ 542. Como pessoal-chave entende-se os membros da Diretoria Executiva, os membros dos Conselhos de Administração, Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho Fiscal.

### 27. CONTINUIDADE OPERACIONAL DA COMPANHIA

De acordo com a deliberação CVM nº 496 de 03/01/2006, que aprova o pronunciamento do IBRACON NPC nº 27, em seus itens 23 e 24, as Demonstrações Contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia.

### 28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Houve a liquidação em 27/04/2021, por parte da Prefeitura do Município de São Paulo de R\$ 14.390 dos R\$ 19.082 recebíveis registrados em 31/03/2021.

## Notas Explicativas



A empresa GL EVENTS BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA, vencedora da licitação para reforma e exploração do COMPLEXO ANHEMBI, efetuou os depósitos da segunda e terceira parcelas, respectivamente em 05/04/2021 e em 05/05/2021, num total de R\$ 8.956, mesmo ainda o contrato não tendo sido formalizado.

\*\*\*



## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

São Paulo Turismo S/A

São Paulo - SP

#### Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da SÃO PAULO TURISMO S/A (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao período findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

#### Ênfase

Incerteza relevante quanto a continuidade operacional dos negócios

A Companhia incorreu em prejuízo líquido na ordem de R\$ 28.736 relativo ao período findo em 31 de março de 2021. Apresenta

prejuízos acumulados de R\$ 387.337 e, naquela data, o patrimônio líquido encontrava-se negativo em R\$ 25.048, o passivo circulante da Companhia excedia o total do ativo circulante em R\$ 56.469, apresentando insuficiência para as obrigações de curto prazo. Aliado a isso, conforme apresentado na nota explicativa nº 1 às informações financeiras intermediárias, a Companhia vem sendo incluída, desde 2019, nas leis orçamentárias anuais da Prefeitura do Município de São Paulo e, desta forma, deverá se enquadrar nos limites de gastos estipulados na Lei Orçamentária Anual nº 17.544/2020 (LOA). Cabe ainda mencionar que esses eventos, com a aprovação e publicação da Lei Municipal nº 17.433, de 29 de julho de 2020, que dispõe sobre a autorização para a dissolução, liquidação e extinção da São Paulo Turismo S/A (não tendo caráter auto executório, tampouco obrigatório), juntamente com outros assuntos apresentados ao longo deste relatório, indicam significativas incertezas quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Até 31 de março de 2021, não há qualquer evidência, por parte da acionista controladora da SPTURIS, a Prefeitura Municipal de São Paulo, de autorização para início de eventual procedimento para dissolução, liquidação e extinção desta Companhia.

No que se refere ao desempenho operacional da Companhia, chamamos a atenção às notas explicativas nº 5 e 21, que demonstram que as transações com partes relacionadas representam parte significativa das operações de serviços da SPTURIS. No período findo em 31 de março de 2021, a acionista foi responsável por 98% da receita operacional líquida auferida e mantém recebíveis de R\$ 19.082 (R\$ 18.957 vencidos), destes, R\$ 14.390 foram recebidos em abril de 2021. Portanto, as informações financeiras intermediárias devem ser lidas nesse contexto.

Os ativos e passivos da São Paulo Turismo S/A, divulgados nestas informações financeiras intermediárias, foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios, que por sua vez, dependem da capacidade da Companhia em continuar cumprindo seus compromissos, bem como na obtenção dos recursos financeiros necessários, seja de seus acionistas ou de terceiros. Nossa conclusão não contém modificação em virtude desse assunto.

#### Concessão Onerosa

Conforme divulgado pela Companhia em Nota Explicativa nº 1.3 às informações financeiras intermediárias, a São Paulo Turismo S/A publicou em 14/01/2021 no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, a homologação do procedimento licitatório promovido pela CONCORRÊNCIA nº 001/20 e adjudicado o objeto da licitação à empresa GL EVENTS BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA., de acordo com a proposta vencedora, que tem, a título de OUTORGA FIXA, o valor de pagamento de R\$ 53.740, tendo sido autorizada a contratação para uso do COMPLEXO ANHEMBI para reforma, gestão, manutenção, operação e exploração pelo prazo de 30 anos.

Até 05/05/2021, a empresa vencedora da licitação, a GL EVENTS BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA, já realizou depósitos no valor de R\$ 13.434 a título de adiantamento, 3/12 do valor da OUTORGA FIXA de R\$ 53.740, de acordo com a proposta vencedora, mesmo ainda o contrato não tendo sido formalizado. Outro elemento do preço da Concessão, a outorga variável, tem como base a aferição do percentual de 12,5% sobre a receita da Concessionária, ou um valor mínimo anual de R\$10.000.

O contrato possui previsão de assinatura para 05/2021 e a transferência da gestão, conforme estipula a minuta do contrato no edital, deverá ocorrer em 30 dias contados da emissão da ordem de início. Portanto, os efeitos advindos da futura combinação de negócio ainda não foram analisados e não estão refletidos no balanço da Companhia na data base de 31 de março de 2021. Nossa conclusão não contém modificação em virtude desse assunto.

#### Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado.

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as informações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa revisão sobre as informações financeiras intermediárias não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a revisão das informações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as informações financeiras intermediárias, ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Blumenau (SC), 11 de maio de 2021.

Berkan Auditores Independentes S.S.

CRC SC-009075/O-7

Bradlei Ricardo Moretti

Contador CRC SC-023618/O-6

## Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

SÃO PAULO TURISMO S.A.  
CNPJ/MF nº 62.002.886/0001-60  
NIRE 35300015967

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2021

DATA, HORA E LOCAL: 13 de maio de 2021, às 15:00h, de forma virtual em razão do estado de emergência causado pelo COVID-19, via Microsoft Teams.

PRESENCAS: Presentes os membros titulares do Conselho Fiscal, Srs. Thiago Demétrio Souza, Jesus Pacheco Simões, Eduardo José de Souza e Emerson Onofre Pereira.

Presentes, ainda, Sr. Rodrigo Kluska Rosa – Diretor de Gestão e de Relação com Investidores, Sr. Guilherme Tadeu Pontes Birello, Sr. João Paulo Aluizio – Gerente de Controladoria e Sr. Marcelo Simões Quintero – Coordenador.

INSTALAÇÃO: Instalada a Reunião do Conselho Fiscal por voto da unanimidade dos presentes.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Os Conselheiros Fiscais e a Secretária, Ana Paula Silva.

ORDEM DO DIA: Deliberação quanto às Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2021.

REGISTROS e DELIBERAÇÕES:

Com relação ao item único da Ordem do Dia, tendo como base os documentos apresentados para a apreciação do trimestre findo em 31 de março de 2021, que foram diligentemente analisados, bem como diante do Relatório da Berkan Auditores Independentes emitido.

Assim, o Conselho Fiscal, pela unanimidade de votos dos presentes, emitiu parecer favorável à aprovação das Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2021, pelo que assinaram referido Parecer do Conselho Fiscal, o qual é parte integrante desta ata.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta ata, em forma de sumário. Reabertos os trabalhos, foi esta lida e aprovada por unanimidade pelos presentes, tendo sido assinada pelos integrantes da mesa e lavrada no livro próprio.

São Paulo, 13 de maio de 2021.

Conselheiros:

THIAGO DEMÉTRIO SOUZA  
Conselheiro

JESUS PACHECO SIMÕES  
Conselheiro

EDUARDO JOSÉ DE SOUZA  
Conselheiro

EMERSON ONOFRE PEREIRA  
Conselheiro

ANA PAULA SILVA  
Secretária

(esta página de assinaturas é parte integrante da Ata de Reunião Extraordinária do Conselho Fiscal realizada em

13 de maio de 2021)

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da SÃO PAULO TURISMO S/A, em reunião, examinaram as demonstrações contábeis intermediárias da SÃO PAULO TURISMO S/A, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2021, com base nos acompanhamentos realizados, e à vista do relatório dos auditores da Berkan Auditores Independentes S/S, datado de 11/05/2021, são de parecer que os referidos documentos refletem a situação econômica e financeira da Companhia em 31 de março de 2021.

São Paulo, 13 de maio de 2021

---

THIAGO DEMÉTRIO SOUZA

---

JESUS PACHECO SIMÕES

---

EDUARDO JOSÉ DE SOUZA

---

EMERSON ONOFRE PEREIRA

**Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)**

SÃO PAULO TURISMO S.A.  
CNPJ/MF nº 62.002.886/0001-60  
NIRE 35300015967

ATA DA 7ª REUNIÃO - 2021 - DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO  
REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 2021

DATA, HORA E LOCAL: 11 de maio de 2021, às 17:00h, por videoconferência, via Microsoft Teams.

PRESENCAS: Presentes os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, Sr. Sérgio Tuffy Sayeg – Presidente, Sr. Carlos Elder Maciel de Aquino – Membro e Sr. Dorival Alcalde – Membro.

INSTALAÇÃO: Instalada a Reunião do Comitê de Auditoria Estatutário por voto da unanimidade dos presentes.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente, Sr. Sérgio Tuffy Sayeg, e a Secretária, Sra. Ana Paula Silva.

ORDEM DO DIA: Tomar conhecimento das Informações Financeiras Intermediárias em 31 de março de 2021 e manifestação ao Conselho de Administração.

**REGISTROS e DELIBERAÇÕES:**

O Presidente do Comitê de Auditoria Estatutário, Sr. Sérgio Tuffy Sayeg, deu boas-vindas aos membros do CAE.

Em continuidade aos trabalhos desenvolvidos e registrados na ata da 6ª Reunião - 2021 - do Comitê de Auditoria Estatutário, realizada em 07 de maio de 2021, os membros tomaram conhecimento da versão final do Relatório da Administração e das Informações Financeiras Intermediárias da Companhia em 31 de março de 2021 e respectivas notas explicativas, aprovados pela Diretoria Executiva em reunião realizada em 11 de maio de 2021, e do Relatório da Revisão Especial, com parágrafos de ênfase e sem ressalva, da Berkan Auditores Independentes S.S., emitido também nesta data.

Após análise desses documentos, observados registros dos membros do CAE na ata da reunião anterior em 07 de maio de 2021, acima citada, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário recomendam sua aprovação pelo Conselho de Administração.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta ata, em forma de sumário. Reabertos os trabalhos, foi esta lida e aprovada por unanimidade pelos presentes, para ser assinada e lavrada no livro próprio.

São Paulo, 11 de maio de 2021.

Membros do Comitê de Auditoria Estatutário:

SÉRGIO TUFFY SAYEG  
Presidente

DORIVAL ALCALDE  
Membro

CARLOS ELDER MACIEL DE AQUINO  
Membro

ANA PAULA SILVA  
Secretária de Governança Corporativa

(esta página de assinaturas é parte integrante da Ata da 7ª Reunião - 2021 - do Comitê de Auditoria Estatutário, realizada em 11 de maio de 2021)

## Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

SÃO PAULO TURISMO S.A.  
CNPJ/MF nº 62.002.886/0001-60  
NIRE 35300015967

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA DIRETORIA EXECUTIVA  
REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 2021

DATA, HORA E LOCAL: 11 de maio de 2021, às 10:00h, na sede da Companhia.

PRESENCAS: Presentes os membros da Diretoria Executiva, Sr. Luiz Alvaro Salles Aguiar de Menezes – Diretor Presidente, Sr. Daniel Glaessel Ramalho – Diretor Jurídico e de Conformidade, Sra. Fernanda Ascar de Albuquerque Abranches Oda – Gerente de Turismo, respondendo interinamente pela Diretoria de Turismo (Ato DPR nº 008/2021), Sr. Raymundo Pedro Gonçalves Filho – Diretor de Representação dos Empregados, Sr. Rodrigo Kluska Rosa – Diretor de Gestão e de Relação com Investidores, Sr. Sandro Augusto Cuoghi – Diretor de Negócios e Thiago Antunes Cavalca Reis Lobo – Diretor de Clientes e Eventos.

INSTALAÇÃO: Instalada a Reunião da Diretoria Executiva por voto da unanimidade dos presentes.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente, Sr. Luiz Alvaro Salles Aguiar de Menezes. Secretária, Ana Paula Silva.

ORDEM DO DIA: (i) Deliberação quanto as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2021; (ii) Aprovação do comodato em atendimento ao ofício Liga nº 012/21 para realização do evento “Carreata do Carnaval Solidário SP no Sambódromo do Anhembi” – Processo SEI nº 7210.2021/0001514-0.

### REGISTROS e DELIBERAÇÕES:

O Diretor Presidente, Sr. Luiz Alvaro Salles Aguiar de Menezes, saudou os presentes e agradeceu a presença dos demais Diretores para discussão acerca do item da Ordem do Dia da presente reunião.

Com relação ao item (i) da Ordem do Dia, tendo analisado as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2021, a Diretoria Executiva da Companhia, por maioria de votos dos presentes, com voto contrário do Diretor de Representação dos Empregados, Sr. Raymundo Pedro Gonçalves Filho, declara que:

(i) Reviu, discutiu e concorda com as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia referentes ao primeiro trimestre de 2021, findo em 31 de março de 2021, pelo que assinaram, nos termos dos incisos V e VI, do artigo 25, da ICVM nº 480/09, a “Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras”.

(ii) Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório da Berkan Auditores Independentes S.S., datado de 11/05/2021, acerca das Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia relativas ao primeiro trimestre de 2021, pelo que assinam, na presente data, e nos termos dos incisos V e VI, do artigo 25, da ICVM nº 480/09, a “Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes”.

Não obstante, o Diretor de Representação dos Empregados (“DRE”) solicitou que constasse que seu voto é contrário tendo em vista que o relatório não contempla a possibilidade e o risco de suspensão ou cancelamento do procedimento de concessão, eis que o certame está sob análise do Tribunal de Contas do Município e tal informação não constou do citado relatório.

Por fim, e diante de todo o exposto acima, as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2021 serão, ainda, objeto de análise pelos Conselhos de Administração e Fiscal, em reuniões a serem realizadas ainda nesta semana.

Posto em discussão o assunto do item (ii) da ordem do dia, os Diretores presentes aprovaram, por unanimidade dos votos, o uso das áreas do Polo Cultural e Esportivo Grande Otelo – Sambódromo, em comodato, conforme documentos instruídos no processo SEI nº 7210.2021/0001514-0, para realização do evento “Carreata do Carnaval Solidário SP no Sambódromo do Anhembi”.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta Ata, em forma de sumário. Reabertos os trabalhos, foi esta lida e aprovada por unanimidade pelos presentes, tendo sido

assinada pelos integrantes da mesa e lavrada no livro próprio.

São Paulo, 11 de maio de 2021

LUIZ ALVARO SALLES AGUIAR DE MENEZES  
Diretor Presidente

DANIEL GLAESSEL RAMALHO  
Diretor Jurídico e de Conformidade

FERNANDA ASCAR DE ALBUQUERQUE ABRANCHES ODA  
Diretora de Turismo interina

RAYMUNDO PEDRO GONÇALVES FILHO  
Diretor de Representação dos Empregados

RODRIGO KLUSKA  
Diretor de Gestão e de Relação com Investidores

SANDRO AUGUSTO CUOGHI  
Diretor de Negócios

THIAGO ANTUNES CAVALCA REIS LOBO  
Diretor de Clientes e Eventos

ANA PAULA SILVA  
Secretária

(esta página de assinaturas é parte integrante da ata da Reunião Extraordinária da Diretoria Executiva da SPTURIS realizada em 11 de maio de 2021)



## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

SÃO PAULO TURISMO S.A.  
CNPJ/MF nº 62.002.886/0001-60  
NIRE 35300015967

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA DIRETORIA EXECUTIVA  
REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 2021

DATA, HORA E LOCAL: 11 de maio de 2021, às 10:00h, na sede da Companhia.

PRESENCAS: Presentes os membros da Diretoria Executiva, Sr. Luiz Alvaro Salles Aguiar de Menezes – Diretor Presidente, Sr. Daniel Glaessel Ramalho – Diretor Jurídico e de Conformidade, Sra. Fernanda Ascar de Albuquerque Abranches Oda – Gerente de Turismo, respondendo interinamente pela Diretoria de Turismo (Ato DPR nº 008/2021), Sr. Raymundo Pedro Gonçalves Filho – Diretor de Representação dos Empregados, Sr. Rodrigo Kluska Rosa – Diretor de Gestão e de Relação com Investidores, Sr. Sandro Augusto Cuoghi – Diretor de Negócios e Thiago Antunes Cavalca Reis Lobo – Diretor de Clientes e Eventos.

INSTALAÇÃO: Instalada a Reunião da Diretoria Executiva por voto da unanimidade dos presentes.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente, Sr. Luiz Alvaro Salles Aguiar de Menezes. Secretária, Ana Paula Silva.

ORDEM DO DIA: (i) Deliberação quanto as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2021; (ii) Aprovação do comodato em atendimento ao ofício Liga nº 012/21 para realização do evento “Carreata do Carnaval Solidário SP no Sambódromo do Anhembi” – Processo SEI nº 7210.2021/0001514-0.

### **REGISTROS e DELIBERAÇÕES:**

O Diretor Presidente, Sr. Luiz Alvaro Salles Aguiar de Menezes, saudou os presentes e agradeceu a presença dos demais Diretores para discussão acerca do item da Ordem do Dia da presente reunião.

Com relação ao item (i) da Ordem do Dia, tendo analisado as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2021, a Diretoria Executiva da Companhia, por maioria de votos dos presentes, com voto contrário do Diretor de Representação dos Empregados, Sr. Raymundo Pedro Gonçalves Filho, declara que:

(i) Reviu, discutiu e concorda com as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia referentes ao primeiro trimestre de 2021, findo em 31 de março de 2021, pelo que assinaram, nos termos dos incisos V e VI, do artigo 25, da ICVM nº 480/09, a “Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras”.

(ii) Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório da Berkan Auditores Independentes S.S., datado de 11/05/2021, acerca das Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia relativas ao primeiro trimestre de 2021, pelo que assinam, na presente data, e nos termos dos incisos V e VI, do artigo 25, da ICVM nº 480/09, a “Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes”.

Não obstante, o Diretor de Representação dos Empregados (“DRE”) solicitou que constasse que seu voto é contrário tendo em vista que o relatório não contempla a possibilidade e o risco de suspensão ou cancelamento do procedimento de concessão, eis que o certame está sob análise do Tribunal de Contas do Município e tal informação não constou do citado relatório.

Por fim, e diante de todo o exposto acima, as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2021 serão, ainda, objeto de análise pelos Conselhos de Administração e Fiscal, em reuniões a serem realizadas ainda nesta semana.

Posto em discussão o assunto do item (ii) da ordem do dia, os Diretores presentes aprovaram, por unanimidade dos votos, o uso das áreas do Polo Cultural e Esportivo Grande Otelo – Sambódromo, em comodato, conforme documentos instruídos no processo SEI nº 7210.2021/0001514-0, para realização do evento “Carreata do Carnaval Solidário SP no Sambódromo do Anhembi”.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta Ata, em forma de sumário. Reabertos os trabalhos, foi esta lida e aprovada por unanimidade pelos presentes, tendo sido

assinada pelos integrantes da mesa e lavrada no livro próprio.

São Paulo, 11 de maio de 2021

LUIZ ALVARO SALLES AGUIAR DE MENEZES  
Diretor Presidente

DANIEL GLAESSEL RAMALHO  
Diretor Jurídico e de Conformidade

FERNANDA ASCAR DE ALBUQUERQUE ABRANCHES ODA  
Diretora de Turismo interina

RAYMUNDO PEDRO GONÇALVES FILHO  
Diretor de Representação dos Empregados

RODRIGO KLUSKA  
Diretor de Gestão e de Relação com Investidores

SANDRO AUGUSTO CUOGHI  
Diretor de Negócios

THIAGO ANTUNES CAVALCA REIS LOBO  
Diretor de Clientes e Eventos

ANA PAULA SILVA  
Secretária

(esta página de assinaturas é parte integrante da ata da Reunião Extraordinária da Diretoria Executiva da SPTURIS realizada em 11 de maio de 2021)